opusdei.org

Muito humanos, muito divinos (20): É justo e necessário: a justiça (I)

A justiça começa pela nossa relação com Deus, que encontra a sua abordagem exata numa atitude fundamental: agradecimento. Editorial da série sobre virtudes: “Muito humanos, muito divinos”.

09/07/2023

Jesus fala para todos. Os pescadores escutam com gosto falar do arrastão

(Mt 13, 47-52), os agricultores entretêm-se discernindo quais são os critérios para que uma semente dê um fruto permanente (Mt 13, 2-9) e qualquer dona de casa sintoniza com a história da mulher que perde uma moeda, porque conhece essa aflição (Lc 15, 8-10). Com as imagens mais quotidianas, Cristo sabe iluminar as verdades mais transcendentes. No entanto, há também parábolas que nos podem deixar perplexos; apesar de estarem formuladas numa linguagem simples, situam-nos diante de paradoxos que nos obrigam a refletir. «Os meus planos não são os vossos planos» (Is 55, 8), parece querer dizer-nos às vezes Jesus.

Talvez uma das histórias do Mestre que mais perplexidade desperta é a do proprietário que sai cedo para contratar trabalhadores para a sua vinha (Mt 20, 1-16). A narração começa como se poderia de esperar:

o proprietário ajusta com os trabalhadores o salário para a jornada, um denário, e envia-os a trabalhar. No início parece que estamos simplesmente perante uma consideração sobre o aproveitamento do tempo e a prestação de contas. A parábola avança, todavia, e o proprietário decide contratar novos trabalhadores em horários mais tardios, pelo que trabalharão uma quantidade inferior de horas. A eles, em vez de lhes assegurar um salário determinado, promete-lhes que lhes pagará «o que for justo» (Mt 20, 4).

«O que for justo». Com esta expressão geram-se necessariamente expectativas nos ouvintes e nos leitores. Pensamos que aqueles que começaram a trabalhar mais tarde receberão menos dinheiro do que aqueles que se esforçaram desde o amanhecer. Por isso, quando os da última hora recebem o pagamento de

um denário, pensamos que os mais madrugadores obterão uma recompensa maior pelo seu trabalho. No entanto, o proprietário desconcerta-os a todos: em primeiro lugar, aos que trabalharam poucas horas, porque recebem o mesmo pagamento do que os outros; mas também aos da primeira hora, porque esperariam um suplemento análogo sobre o salário acordado. Os mais surpreendidos, contudo, talvez sejamos nós próprios, perante uma conceção tão pouco convencional da justiça. «Não me será permitido dispor dos meus bens como eu entender?», pergunta o proprietário da vinha (Mt 20, 15). Talvez também nós não saibamos como interpretar estas palavras.

É justo e necessário

Jesus não tem interesse em ocupar-se de questões económicas ou políticas: com esta parábola não pretende, por

exemplo, discernir as características de um conceito tão complexo como o de salário justo. O Senhor quer, antes de mais, elevar o nosso olhar para a atitude misericordiosa de Deus, que acolhe todos, ainda que apareçam ou se encontrem com Ele à última hora, como o bom ladrão (cf. Lc 23, 43). Todavia, juntamente com este sentido fundamental, a parábola do Mestre proporciona-nos um enquadramento narrativo para nos fazer refletir sobre os diferentes âmbitos da virtude da justiça na nossa vida.

Se, como se afirma de modo clássico, a justiça consiste em dar a cada um o que é seu, o que lhe corresponde, estamos diante de uma disposição interior que salienta a nossa dimensão relacional. Convém então perguntar-se, em primeiro lugar, que devemos a Deus ou como será uma relação justa com quem é a fonte de

todos os bens, começando pelo da nossa própria existência.

A oração eucarística da santa Missa proporciona-nos um bom ponto de partida. Assim reza o breve diálogo entre sacerdote e fiéis com o qual começa sempre o prefácio: «– Dêmos graças ao Senhor, nosso Deus. – É nosso dever, é nossa salvação»[1]. Inicialmente, a gratidão e a justiça parecem contrapor-se: um dom caracteriza-se precisamente por ser um dom imerecido. O agradecimento é o reconhecimento de que uma pessoa foi mais além do estritamente devido. No entanto, diante de Deus mudam radicalmente as coordenadas, porque Ele é a origem de tudo o que somos e possuímos. Como diz São Paulo, «que tens tu que não tenhas recebido?» (1Cor 4, 7). A nossa vida enquanto tal é puro dom imerecido; daí que, no que diz respeito a Deus, o agradecimento seja um dever profundo. Nunca

poderemos devolver-lhe o que faz por nós, e não há nisto nada de injusto. Mas, há aqui algo profundamente devido, profundamente justo: agradecer-Lhe tudo.

Descobrir que a nossa relação com Deus está condicionada pela sua doação gratuita e terna leva-nos a desfrutar da vida como seus filhos e liberta-nos de uma conceção da fé exageradamente centrada na *letra* dos mandamentos. Em vez de nos afligirmos diante do que se possa apresentar como uma lista infinita de propósitos ou preceitos através dos quais, de certo modo, *pagaríamos* o preço da nossa redenção, podemos visualizar a nossa correspondência ao amor de Deus como uma disposição de oferecer-Lhe todos os instantes da nossa vida, convencidos de que nunca conseguiremos agradecer-Lhe suficientemente tudo o que nos dá. Assim, por exemplo, a

fidelidade a um plano de vida espiritual pode ser entendida, mais do que como um peso de consciência diante de uns compromissos adquiridos, como a manifestação mais direta da nossa gratidão ao amor que Deus derrama sobre cada um. «Vós, se vos esforçardes deveras por ser justos, considerareis frequentemente a vossa dependência de Deus – pois, que tens tu que não tenhas recebido? –, para vos encherdes de agradecimento e de desejos de corresponder a um Pai que nos ama loucamente»[2].

A sua justiça é maior do que a nossa

Por outro lado, uma atitude de profundo agradecimento a Deus liberta-nos de um desejo excessivo de julgar a sua maneira de atuar. Às vezes, perante acontecimentos pessoais ou sociais, quando somos subitamente confrontados com uma

situação que não esperávamos, pode suceder que façamos perguntas deste estilo: «Como pode Deus permitir algo assim?». Talvez pensemos que outras pessoas são mais abençoadas do que nós ou que Deus parece não ouvir o que lhe pedimos nas nossas orações e pensamos: «Que injusto!». Comportamo-nos então como aqueles jornaleiros que trabalharam todo o dia e que não encaixaram a generosidade *desmesurada* do proprietário para com aqueles que tinha contratado ao cair da tarde. Em vez de se alegrarem porque esses trabalhadores iam ter algum dinheiro para comer, entristeceram-pela deceção das suas expectativas de receber uma graça maior.

Além disso, não faz sentido atribuir a culpa dos males ao Senhor. Muitos deles resultam da liberdade humana, das ações e omissões próprias e alheias. Além disso, é necessário convencermo-nos na nossa oração de

que Deus é o Senhor da nossa vida e da história; também de que, apesar de na realidade não nos dever nada, uma vez que ele *é* Amor, está sempre a procurar o melhor para cada um, às vezes transformando o mal em bem de modos surpreendentes. S. João Paulo II dizia que «de certo modo, a justiça é maior que o homem, que as dimensões da sua vida terrena, que as possibilidades de estabelecer nesta vida relações plenamente justas entre os homens»[3].

A oração dos que sabem ser filhos de Deus está marcada pela confiança em quem nos ama infinitamente e quer sempre o melhor para nós. Assim reza Jesus no horto das oliveiras: «afasta de mim este cálice…, contudo não se faça a minha vontade, mas a tua» (Lc 22, 42). Perante as situações que não conseguimos entender e que talvez nos causem sofrimento, enquanto

procuramos encontrar soluções, podemos dizer ao Senhor: «que se faça a tua justiça e não a minha. Sei que estou em boas mãos e que no final tudo será para bem».

A justiça é um desejo e um mistério. Um desejo profundamente enraizado em nós, mas também um mistério que nos supera, no sentido em que só a Deus corresponde a última palavra acerca do que é justo e dos modos concretos de restabelecer a justiça. Por isso também não seria uma atitude cristã desejar o castigo dos nossos inimigos, como se nos correspondesse determiná-lo, ou referir-se demasiado facilmente à justiça divina para repreender as pessoas que atuam de forma imoral ou baseiam as suas vidas em valores muito diferentes dos nossos.

Sim, obviamente que a fé na justiça divina deveria consolar-nos quando sofremos uma injustiça ou quando

nos entristecemos por uma evolução negativa do mundo. «Existe uma justiça. Existe a “revogação” do sofrimento passado, a reparação que restabelece o direito»[4]. Como o proprietário da parábola, Deus cumpre a sua promessa e recompensa quem trabalhou bem. Mas a revelação que Deus fez de si próprio leva-nos a confiar, ao mesmo tempo, que a sua misericórdia o leva a dar sempre novas oportunidades de conversão a quem faz o mal. «Não é simplesmente uma justiça estrita, baseada em cálculos teóricos, a que levou o Filho de Deus a pedir perdão ao seu Pai em nosso nome, mas um amor gratuito, que só tem em conta aquilo que pode fazer pelos outros»[5]. Daí que o dono da vinha não fique de braços cruzados depois de contratar os trabalhadores madrugadores, mas que inclusive na undécima hora queira dar trabalho a quem está prestes a perder uma jornada completa. Em suma, como

escreve S. Josemaria, «Deus não se deixa vencer em generosidade»[6].

Os outros são livres

Quando refletimos sobre a justiça como virtude que deveria moldar as nossas relações com os outros, muitas vezes afirma-se que se trata apenas de um requisito mínimo para a convivência: respeitar o outro na sua alteridade[7]. A justiça poderia interpretar-se assim como uma atitude fria, que destaca mais as diferenças entre as pessoas do que o que têm em comum. Enquanto a caridade busca a unidade, a justiça sublinharia a separação. Todavia, se observamos com atenção, a relação entre caridade e justiça é mais subtil.

O facto de que a cada um seja dado aquilo que lhe corresponde, como exige a justiça, encerra uma relação intrínseca com a devida repartição dos bens, com o cumprimento dos contratos e da palavra e com o

respeito que devemos a cada pessoa. Poderíamos dizer, deste modo, que a justiça nos ajuda verdadeiramente a levar uma vida social pacífica, com as regras do jogo claras e sem nos incomodarmos uns aos outros.

Basta esta consideração para se dar conta de que não é pouco e nem sequer tão trivial reconhecer a alteridade dos outros e o direito que têm a ser como querem. Assim nos mostra S. Josemaria: «Estamos obrigados a defender a liberdade pessoal de todos, sabendo que Jesus Cristo foi quem nos conquistou essa liberdade. Se não o fizermos, com que direito reivindicaremos a nossa?»[8]. É precisamente isto que o proprietário da vinha censura aos trabalhadores madrugadores, que se sentem enganados: «Em nada de prejudico, meu amigo. Não foi um denário que nós ajustámos? Leva, então, o que te é devido e segue o teu caminho, pois eu quero dar a este

último tanto como a ti. Ou não me será permitido dispor dos meus bens como eu entender? Será que tens inveja por eu ser bom?» (Mt 20, 13-15).

Às vezes podemos sentir a tentação de desqualificar de antemão as opiniões de alguém que tem uma forma diferente de compreender o mundo ou se guia por outros valores. Acentuamos então excessivamente a dimensão unitiva da caridade, acreditando que qualquer diferença deveria ser superada para dar lugar ao verdadeiro amor, e confundimos a justiça com a mera igualdade. No entanto, «a justiça é o primeiro caminho da caridade, (…) parte integrante daquele amor»[9]. Esta virtude recorda-nos, em primeiro lugar, que todos temos direito a ser como queremos, a manifestar essa forma de ser para o exterior e a gozar os nossos próprios bens. Como escreve o Papa Francisco, «nenhum

indivíduo ou grupo humano se pode considerar omnipotente, autorizado a pisar a dignidade e os direitos dos outros indivíduos ou dos grupos sociais»[10].

S. Josemaria falava com frequência do numerador diversíssimo de que gozavam as pessoas que o seguiam: os diferentes caracteres, as livres opiniões e opções pessoais de cada uma, de cada um, em matérias políticas, culturais, científicas, artísticas, profissionais, etc. Distinguia-o de um denominador comum, muito pequeno em comparação, que eram as questões fundamentais da fé e do carisma que partilhavam. Faz-nos muito bem valorizar, respeitar e amar as diferenças legítimas com as pessoas que convivem connosco; «quem ama a liberdade consegue ver o que há de positivo e amável naquilo que outros pensam e fazem dentro desses amplos âmbitos»[11].

Pensar de outro modo implicaria cair na subtil tentação de querer ajudar os outros a partir dos nossos parâmetros, sem discernir aquilo de que na realidade necessitam e, sobretudo, o que lhes devemos. Seria injusto, por exemplo, pagar a um empregado um salário menor ao que corresponde o trabalho que realizou, simplesmente porque se pensa que é melhor oferecer-lhe um prémio que compense a diferença. Nesse sentido, o proprietário da vinha não peca contra a justiça ao pagar o mesmo a todos; talvez se possa pensar que tem um critério peculiar da retribuição, mas em nenhum momento falta à sua palavra: os que ajustaram um denário, receberam exatamente o estipulado; e os outros receberam o que ao proprietário pareceu justo. Assim é Deus: justo cumpridor das suas promessas, mas também Pai generoso, a quem «basta um sorriso, uma palavra, um gesto, um pouco de

amor, para derramar copiosamente a sua graça sobre a alma do amigo»[12].

---

[1] cf. Missal Romano, Oração Eucarística.

[2] S. Josemaria, *Amigos de Deus*, n. 167.

[3] S. João Paulo II, Audiência, 08/11/1978.

[4] Bento XVI, *Spe Salvi*, n. 43.

[5] Fernando Ocáriz, Carta pastoral, 16/02/2023, n. 8.

[6] S. Josemaria, *Forja*, n. 623.

[7] Acerca da alteridade como dimensão fundamental da justiça, cf. J. Pieper, *Las Virtudes fundamentales*, Rialp, Madrid 1990, p. 100 ss.

[8] S. Josemaria, *Amigos de Deus*, n. 171.

[9] Bento XVI, *Caritas in veritate*, n. 6.

[10] Francisco, *Fratelli tutti*, n. 171.

[11] Fernando Ocáriz, Carta pastoral, 09/01/2018, n. 13.

[12] S. Josemaria, *Via Sacra*, V estação.

Gaspar Brahm

pdf | Documento gerado automaticamente a partir de https://opusdei.org/pt-pt/article/muito-humanos-muito-divinos-20-e-justo-e-necessario-a-justica-i/ (26/11/2025)